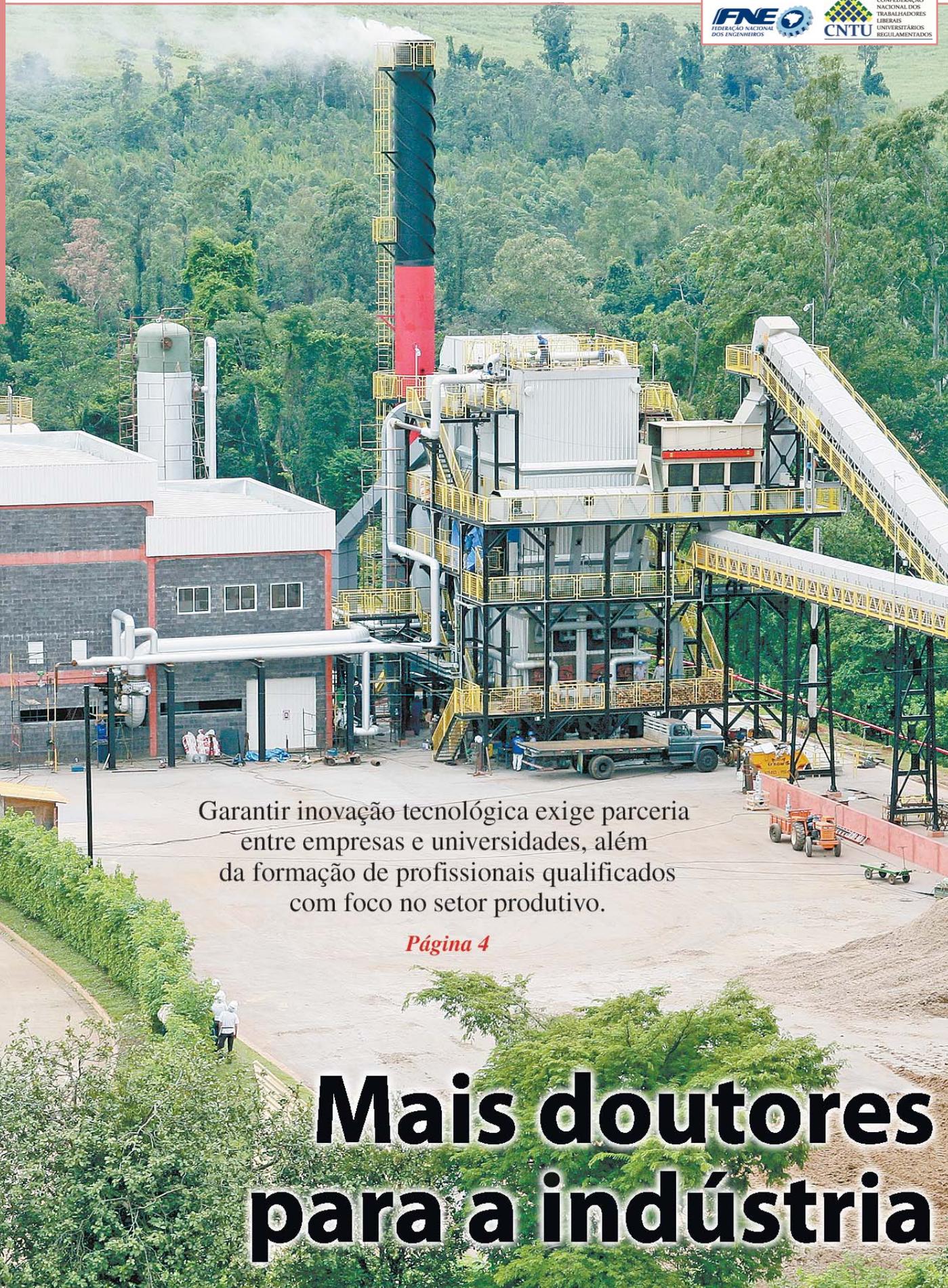


30  
anos

Filado à



je  
Jornal do  
Engenheiro



Garantir inovação tecnológica exige parceria entre empresas e universidades, além da formação de profissionais qualificados com foco no setor produtivo.

*Página 4*

Usina de cogeração de energia em Porto Feliz/SP, cuja implantação contou com parceria entre a Lanxess e a USP.

# Mais doutores para a indústria

Lanxess Engenheiros do Brasil S.A.



# PRESSONAR PARA AVANÇAR

UMA PASSEATA COM cerca de 10 mil trabalhadores, realizada em Brasília no dia 6 de julho, deu início ao calendário de mobilizações do movimento sindical. Com manifestações agendadas para todas as regiões do Brasil, a iniciativa que une as centrais sindicais e também entidades independentes, culminará com uma grande marcha marcada para 3 de agosto, na Avenida Paulista, em São Paulo. Na pauta, as reivindicações que deram a tônica da Conferência Nacional dos Trabalhadores, realizada em 2010, e das comemorações do 1º de Maio deste ano. A principal delas é a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, prevista na Proposta de Emenda à Constituição nº 231/95.

Eng. Murilo Celso  
de Campos Pinheiro  
Presidente

O objetivo é fazer com que o Congresso Nacional aprecie a proposição logo após o recesso parlamentar. Somam-se a essa a luta pelo fim do fator previdenciário, a regulamentação da terceirização com garantia de direitos e a ratificação das convenções nºs 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que dispõem respectivamente sobre o direito de negociação do funcionalismo público e a proibição da demissão imotivada. Já antigas, tais bandeiras constituem questões essenciais da luta dos trabalhadores e hoje articulam-se estrategicamente com as campanhas salariais das diversas categorias e também com a

*A manutenção da luta, que precisa estar nas ruas e ganhar a sociedade como um todo, é essencial para que haja conquistas.*

defesa da valorização do salário mínimo, fundamental e principal instrumento de distribuição de renda no País.

A manutenção da pressão, que precisa estar visível nas ruas e ganhar a sociedade como um todo, é essencial para que

haja avanços. O Brasil, apesar das dificuldades e riscos externos cada dia mais presentes, tem conseguido manter o fôlego rumo ao crescimento e segurar a inflação em níveis aceitáveis. Para que esse fenômeno torne-se desenvolvimento socioeconômico real é preciso que a maioria da população receba o quinhão a que tem direito. O progresso do País deve se traduzir em melhores condições de vida para todos e efetiva valorização do trabalho.

**Banda Larga** – O aguardado PNBL (Plano Nacional da Banda Larga) foi anunciado pelo governo em 30 de junho último. Embora seja bastante positivo que haja uma iniciativa nesse sentido, o acordo fechado entre o Executivo e as operadoras de telecomunicações que foram integradas ao PNBL deixou bastante a desejar. Cabe agora aos movimentos sociais, e não apenas àqueles ligados diretamente ao setor, manter a mobilização para que haja avanços significativos no esforço de universalização do acesso à Internet de qualidade. Até porque, como aponta o professor Marcelo Zuffo em entrevista nesta edição (*leia na página 5*), na sociedade do conhecimento, tal serviço é tão essencial quanto saneamento básico ou calçadas.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

**Diretora responsável:** Maria Célia Ribeiro Sapucahy. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Luís Henrique Costa e Priscila Dezidério. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 31.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 31 de julho de 2011. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



**ANATEC**  
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

# Corredores de transporte e a prioridade ao coletivo

Edílson Reis

OS CORREDORES DE transporte coletivo têm papel fundamental e podem ser implantados de acordo com as especificidades de cada cidade. Como regra, busca-se na operação equilibrada entre linhas troncais e alimentadoras uma priorização ao modal sobre pneus. As diferentes soluções possíveis para que se dê prioridade ao coletivo surgem a partir da análise da situação da circulação dos ônibus e dos desejos de viagem.

A cidade de São Paulo serve como excelente exemplo para entendimento do estudo das alternativas. É servida por cerca de 1.350 linhas regulares, entre as chamadas bases, retornos operacionais, atendimentos etc, e dispõe de 15.000 veículos para atendimento à demanda.

As linhas distribuem-se ao longo de aproximadamente 4.500 km de ruas e avenidas, de um total de cerca e 17.000 km do viário urbano. No total, o sistema paulistano de transporte urbano sobre pneus contabiliza mais de 8 milhões de embarques por dia, enquanto o modo metro-ferroviário não atinge a metade desse valor.

Ainda que o ideal para uma cidade desse porte seja contar com ampla e densa rede sobre trilhos, considerações de ordem prática e econômica determinam como ponto pacífico que o sistema de ônibus continuará como espinha dorsal do transporte público na localidade por muitos anos.

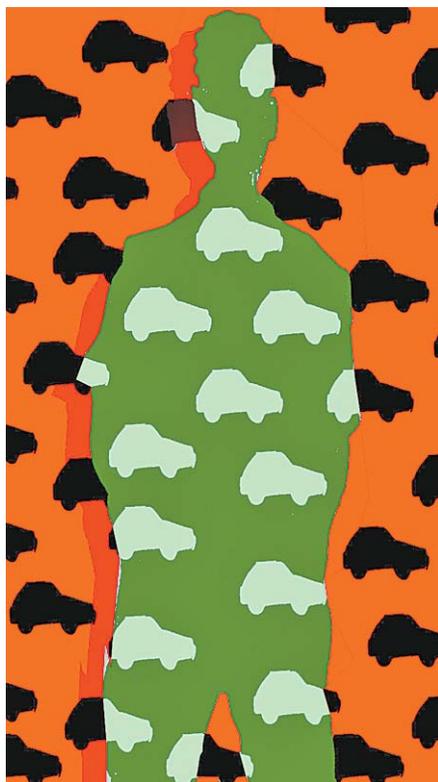
## Ônibus X automóvel

Apesar da sua relevância, o desempenho operacional do modal ônibus vem sendo mais e mais comprometido pelo adensamento crescente dos fluxos de tráfego e o consequente congestionamento das ruas e avenidas, compartilhadas nem sempre harmoniosamente com os carros particulares e demais veículos. Normalmente, os coletivos são os mais prejudicados no conflito pelo uso das vias, entre outras causas pela falta de agilidade em função de suas características dimensionais e principalmente por se caracterizar como um sistema parador.

Juntamente com outros fatores, tanto conjunturais como estruturais, as crescentes dificuldades de circulação dos ônibus vêm sendo responsáveis pela gradativa e constante queda de qualidade do serviço prestado que se reflete em aumento dos tempos de viagem, ociosidade ou superlotação da frota, tempos de espera excessivos, desconforto e insegurança. Com o carro particular mais acessível a um número

maior de famílias e a infraestrutura viária essencialmente a mesma, as perdas do transporte coletivo são agravadas nos congestionamentos e conflitos de trânsito.

Apesar da importância para o deslocamento das pessoas em sua rotina diária, apenas uma pequena parte das vias utilizadas pelos ônibus, aproximadamente 120 km, oferece algum tipo de preferência. Desses, muito pouco é considerado como verdadeiro corredor, por segregar, a exemplo do metrô, efetivamente os veículos do tráfego geral. Exceção deve ser feita ao corredor Expresso Tiradentes, considerado uma ilha de excelência.



### Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

A recomendação de preferência ao coletivo vem sendo indicada desde meados da década de 70, quando o Projeto Sistran (Sistema de Transporte Urbano de Passageiros), da Região Metropolitana de São Paulo, preconizou a criação de um sistema de média capacidade, que teria como função atender o vácuo de oferta de carregamento existente entre o Metrô e as linhas de ônibus. Como definição, esse seria constituído por determinado conjunto de linhas de grande capacidade circulando sobre uma rede de corredores. Ou seja, um subconjunto da rede arterial urbana onde se implementariam pistas ou faixas exclusivas com diferentes graus de prioridade aos ônibus. A implantação, ainda que isolada e incompleta, de alguns elementos da proposta do Sistran beneficia efetivamente o atendimento aos usuários do sistema coletivo, a exemplo do Corredor Santo Amaro.

Contudo, mesmo na ausência dessa condição privilegiada, devemos induzir e incentivar uma divisão mais justa do espaço viário. Considerando que o modelo adotado concentra as viagens mais longas e demoradas no subsistema denominado estrutural e que essas linhas trafegam num viário selecionado, é razoável admitir a possibilidade de intervenção no leito carroçável para viabilizar um melhor desempenho operacional.

No conceito do tratamento viário para a operação por meio de corredores em favor do transporte coletivo e a partir do crescente nível de investimento, podemos ter diversas soluções, entre elas: faixa prioritária junto à calçada; faixa exclusiva junto à calçada com separação por tachões; faixas segregadas à esquerda (com ou sem ultrapassagem); faixa exclusiva no contrafluxo; canaleta para transporte coletivo; e via exclusiva segregada.

Como contribuição ao debate sobre a mobilidade urbana, o Sindicato dos Engenheiros publicou o documento “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, no qual propõe uma série de diretrizes de transporte, plenamente exequíveis e capazes de trazer melhoria das condições de deslocamento da população com qualidade de vida.

Edílson Reis é diretor do SEESP e Coordenador do Comitê Temático “Cidade em Movimento” do Conselho Tecnológico da entidade

## PONTOS DE VISTA





# Fortalecer relação *universidade-empresa* para a inovação

Soraya Misleh

A IMPORTÂNCIA DESSA PARCERIA entre academia e setor produtivo foi apontada durante encontro de tecnologia promovido pelo SEESP, com apoio do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia) e da VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha). Realizado em 29 de junho último, no auditório do sindicato, na Capital paulista, foi o terceiro evento da série e abordou o tema “Novos desafios da relação universidade-empresa”. Cerca de 200 pessoas prestigiaram a iniciativa.

À abertura, Murilo Celso de Campos Piniheiro, presidente do SEESP, destacou o grande ganho de qualidade propiciado por encontros como esse. “Nessa fase em que tratamos da implantação do Isitec, são de suma importância”, complementou Antonio Octaviano, secretário executivo do CAD (Conselho de Administração) do instituto.

Entre seus pilares, está a importância da relação universidade-empresa para se garantir inovação. Com esse mote, estão sendo buscadas parcerias para que o Isitec assegure educação superior de qualidade. “Firmamos um protocolo de entendimento nesse sentido”, ressaltou Edgar Horny, presidente da VDI-Brasil. O evento em questão trouxe subsídios para fortalecer essa iniciativa.

Em sua apresentação, o vice-presidente da associação alemã, Robert Madersdorfer, executivo da multinacional Lanxess, destacou a importância de parceria com a USP (Universidade de São Paulo) para a implementação de unidade de cogeração de energia da empresa em Porto Feliz, no Estado de São Paulo. Segundo apontou ele, soluções inteligentes exigem tal integração e planejamento estratégico, de olho nas megatendências globais. Newton Gomes Pereira, consultor de tecnologia e inovação da Siemens, enfatizou ser crucial a parceria universidade-empresa, a qual tem sido firmada pela companhia, em todo o mundo, com diversas instituições. Falar sobre esse relacionamento está atrelado, ainda de acordo com sua preleção, à gestão da inovação, que demanda pensar a estratégia do negócio.

Bruno Domenico Bragazza, gerente de inovação e tecnologia da Bosch do Brasil, apresentou como caso de sucesso mais evidente da companhia, resultante da integração academia-setor produtivo, o *flex fuel*. Tecnologia 100%

brasileira que, de acordo com sua preleção, começou a ser desenvolvida em 1992, propicia abastecimento de veículos automotores por etanol ou gasolina. Atualmente, está em andamento outra inovação: o *flex start*, que torna mais eficiente a partida a frio de carros a etanol, pois possibilita o aquecimento do combustível. Dispensa, portanto, a necessidade de injeção de gasolina, hoje colocada em pequeno reservatório junto ao motor. Além disso, reduz a emissão de poluentes. O projeto, conforme contou Bragazza, tem sido feito em parceria com várias universidades, assim como outros em andamento.

## Desafios

Madersdorfer relacionou entre os desafios para se consolidar essa relação reduzir a burocracia e assegurar mais e melhores engenheiros. O gerente da Bosch do Brasil atestou, dizendo ainda que incrementar a inovação requer formar recursos humanos para a pesquisa básica e aplicada. Em âmbito nacional, afirmou ele, “mais de 70% dos doutores e mestres encontram-se nas universidades, o inverso do que ocorre nos Estados Unidos, em que estão nas empresas. Daí a importância da educação em engenharia neste País com novas demandas (como pretende o Isitec)”. O que poderia repercutir no aumento de patentes brasileiras, atualmente no patamar ínfimo de 0,1% das registradas no mundo. Quanto a dar um salto na formação de profissionais da ca-

tegoria, o executivo informou: “Entre os caminhos indicados pelo Ipea (*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*), no longo prazo, certamente está aquele em que o SEESP vem trabalhando: ampliar a oferta via sistema educacional.”

Para o professor Mario Neto Borges, presidente da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, as mudanças no ensino são importantes não só no que diz respeito à graduação de profissionais da categoria, mas como um todo, começando pela educação básica. “É preciso haver investimentos maciços, robustos e perenes nessa área.” Ao desenvolvimento sustentável, ele ponderou que o foco deve ser em engenharia. “Em 2001, formamos quase 18 mil no segmento, em 2009 mais que dobramos. Está melhorando, mas não é suficiente.” O País precisa avançar ainda, como destacou o professor, na formação de pesquisadores.

A necessidade de se ampliar as inversões em C, T & I (ciência, tecnologia e inovação), cujo patamar ainda é baixo, não obstante tenha se elevado de 0,9% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2004 para 1,13% em 2008 foi outro ponto tocado por Borges. O que, conforme sua explanação, demanda sobretudo maior aplicação de recursos por parte das empresas. “Na Coreia, 2,1% desse investimento é feito pelo setor privado, ante 0,54% no Brasil.”

É preciso formar pesquisadores que atuem no setor produtivo e transformem conhecimento em riqueza.



Durante evento promovido pelo SEESP, especialistas discutem a necessidade de levar a pesquisa produzida na academia para dentro das empresas como forma de garantir inovação tecnológica.

# INTERNET DEVE SER SERVIÇO ESSENCIAL

Rita Casaro

APÓS IDAS E VINDAS e uma difícil negociação com as operadoras de telecomunicações, o governo federal lançou em 30 de junho último a terceira edição do PGMU (Plano Nacional de Metas de Universalização), integrando essas companhias ao PNBL (Plano Nacional de Banda Larga). De acordo com o Ministério das Comunicações, as empresas terão que oferecer, a partir de outubro, acesso à Internet com velocidade de 1 Mbps por R\$ 35 mensais. Para fechar o acordo, abriu-se mão,

ao menos temporariamente, da exigência de que seja entregue no mínimo 40% da velocidade contratada – hoje o compromisso não passa de 10%. Também foram esquecidas as metas mais rígidas em relação à qualidade do serviço, hoje sofrível, como apontou em entrevista ao **Jornal do Engenheiro** o professor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo) Marcelo Zuffo. Um dos principais especialistas brasileiros no assunto, ele defende o acesso à Internet gratuitamente, “a título de passeio público”.

**Qual a situação do Brasil no que diz respeito ao acesso à Internet?**

Há vários parâmetros de comparação. Por exemplo, o Brasil é a sétima economia do mundo, mas nós não estamos bem no que diz respeito ao IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*), ocupamos o 73º lugar. Nossa posição no *ranking* mundial da Internet é próxima disso. O que eu tenho feito junto aos governos, nas esferas em que atuo, é argumentar que qualquer investimento em banda larga tem impacto direto no IDH. O exemplo que nós temos é a Costa Rica, que, na década de 80, ganhou do Brasil na corrida pela atração de indústrias de ponta. A Intel foi para lá. Com isso, houve um incremento significativo da banda larga no País, que subiu dezenas de pontos no *ranking* do IDH.

**O que é preciso fazer para avançar nesse campo?**

O Estado deve ter um papel moderador e ser também um investidor, o que é difícil, porque o setor de banda larga é de forte atividade de inovação tecnológica e caracterizado por uma competição internacional muito grande. Nós não temos as condições de competitividade ideais no Brasil, porque tradicionalmente os provedores de banda larga são os mesmos de telefonia fixa, área em que não há esse ambiente. Do jeito que foi feita a privatização, a infraestrutura nacional está absolutamente obsoleta; faltam conexões transoceânicas, o nosso tronco para os Estados Unidos e a Europa, um *backbone* nacional conectando as capitais.

**Há problemas no que diz respeito às regras do jogo?**

O problema também é a falta de legislação que defenda o consumidor de banda larga, que é muito mal tratado no Brasil. Isso faz

com que a qualidade do serviço seja péssima. Outro é a alta incidência tributária, especificamente de ICMS (*Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços*), que diz respeito à esfera estadual. É da ordem de magnitude das margens praticadas no mercado, então o governo é sócio. Sobretudo, falta articulação. Há o PNBL em nível nacional, mas há responsabilidades nas três esferas e isso não está bem orquestrado. Em vez de um plano, deveria haver uma Política Nacional de Banda Larga. Além disso, o Estado não tem função moderadora e fica refém das empresas privadas. Há tecnologias que já deveriam ter entrado no Brasil e não chegam por pressão delas. É o caso da Wimax de Wi-Fi, que é de longa distância. Outro é o PLC (*Power Line Communication*). As empresas de eletricidade estão atuando, mas com várias restrições, tanto tecnológicas quanto de legislação. As agências reguladoras teriam que ser independentes das empresas e do governo e não são. Não há participação da sociedade com a presença que deveria. Só quando há um clamor muito forte da opinião pública é que elas se mexem.

**Qual a sua avaliação do PNBL?**

Eu acho que a grande vantagem são dois pilares. O investimento em infraestrutura nacional, o *backbone*, e a valorização do produto nacional. Isso porque com a privatização, acabou a indústria brasileira de fabricantes de equipamentos de telecomunicações. Se traçamos um paralelo, países que não tinham nada na década de 80, como a Espanha, têm mais de 100 empresas. O Brasil que tinha inúmeras tem dez hoje. Isso tem que voltar, antes que acabe em definitivo. As poucas existentes são sobreviventes.

E nesses países em que a indústria foi alavancada, foi usado o poder de compra do Estado para tanto. O ponto negativo é a ideia de criar uma grande estatal nacional na área, que, já sabemos, seria fadada ao fracasso.

**Não seria bom recuperar a Telebrás?**

Talvez fosse bom, mas com a Telebrás voltada à infraestrutura satelital e ao *backbone*, mas ela não seria competitiva no varejo. Outro ponto importante é o papel do BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) na criação de uma grande empresa de telecomunicações no Brasil. Nós sabemos que essas multinacionais, como a British Telecom e a própria Telefônica, tiveram ações de governo por trás.

**A banda larga não poderia ser oferecida gratuitamente?**

Sim. Por exemplo, você mora numa cidade e usa a calçada. Quando está em outra, também usa e não paga por isso. É o mesmo com a Internet, a ideia é oferecê-la a título de passeio público, por exemplo até 256kbps. A China faz isso para até 1mbps. Aí, seria para realmente popularizar. Na sociedade da informação, Internet é tão importante quanto esgoto ou iluminação pública. Num país que está democratizado como o Brasil, você criaria atalhos para educação, trabalho, saúde. Agora, existem setores da sociedade que não querem isso. Um exemplo foi o projeto do *laptop* de US\$ 100, que não prosperou. Desde que tenha na casa dele, em Alphaville, está tudo bem. E há também os setores mais a esquerda que dizem: “isso vai acabar com o modelo de telecentros”. Tem que acabar mesmo, as pessoas têm que ter em casa.



Zuffo: Brasil precisa implantar *backbone* nacional, ligando as capitais.

*Na sociedade da informação, acesso à rede é tão importante quanto esgoto, iluminação pública ou calçadas.*



# AS NOVAS REGRAS PARA LICITAÇÕES

Lucélia Barbosa

O SENADO FEDERAL aprovou em 6 de julho, a MP (Medida Provisória) nº 527/11, que institui o RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas) para licitações e contratos necessários à realização da Copa das Confederações em 2013, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Transformada no Projeto de Lei de Conversão 17/11, a matéria segue agora para sanção presidencial.

Os senadores mantiveram o texto aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 28 de junho, que cria também a Secretaria de Aviação Civil e inclui obras de infraestrutura para aeroportos das capitais brasileiras distantes até 350 quilômetros das cidades-sedes dos jogos mundiais. Além disso, excluiu a possibilidade de a Fifa (Federação Internacional de Futebol) e o COI (Comitê Olímpico Internacional) exigirem mudanças sem limites para aumento do orçamento.

Segundo o deputado federal José Guimarães (PT/CE), relator da medida na Câmara, o objetivo é dar mais agilidade às contratações, buscar a melhor relação entre custo e benefício, incentivar a inovação tecnológica e assegurar tratamento isonômico aos licitantes.

Entre as principais mudanças em relação à Lei nº 8.666/93, que atualmente regulamenta as licitações públicas no País, Guimarães destaca a contratação integrada de obras e serviços de engenharia. De acordo com a legislação hoje vigente, os projetos básico e executivo devem ser desenvolvidos por empresas diferentes. Já pelo RDC todas as etapas de uma obra podem ser realizadas por uma única empresa que fará os projetos, a construção e entregará o empreendimento pronto.

A oposição tentou barrar esse item alegando ser uma imprudência permitir que uma única

companhia tenha o poder de projetar, decidir quanto vai custar a obra e ter controle total sobre os recursos públicos. Guimarães justifica que o mecanismo já é utilizado pela Petrobras com base em seu regulamento simplificado (Decreto 2.745/98).

Ainda conforme ele, a modalidade integrada proibirá a assinatura de aditivos, instrumentos pelos quais o objeto da licitação pode ser aumentado em 25% (obras, bens e serviços) ou em 50% (reforma de edifício ou equipamento). A exceção serão os casos fortuitos que provoquem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e as exigências adicionais necessárias à melhor adequação técnica.

O coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, Carlos Monte, aprova a ideia, mas defende que, numa futura reforma da Lei 8.666, seja mantida a regra segundo a qual quem projeta não constrói. “Quem faz o projeto executivo tem acesso a vários detalhes e pode inclusive omitir algum em prejuízo dos concorrentes”, opinou.

## Prêmio e sigilo

Outra novidade é a possibilidade de o governo utilizar a remuneração variável em obras e serviços. Com esse dispositivo a empresa contratada poderá receber um prêmio por desempenho com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega. O bônus será definido no edital e respeitará o limite orçamentário fixado pela administração pública.

O sigilo de custos é outra mudança fixada pela MP que gerou polêmica durante a votação no plenário da Câmara. Após críticas da oposição ao mecanismo, que poderia dar margem a corrupção, foi acrescentada emenda que prevê acesso

permanente dos órgãos de controle como CGU (Controladoria-Geral da União) e TCU (Tribunal de Contas da União) durante o processo de escolha.

Apesar dos receios, o deputado federal Paulo Teixeira (PT/SP) defende a alteração. Segundo ele, atualmente o governo divulga o valor do investimento e as empresas tentam propor a cifra mais baixa e vencer a licitação. No novo regime, a administração pública dará algumas diretrizes orçamentárias e cada contratante fará sua oferta que ficará em segredo até o encerramento do processo. “Esse dispositivo é importante porque garantirá custos menores e dificultará combinação de valores entre as empresas”, afirmou. Para Monte, o sigilo serve também para responsabilizar os executantes caso não cumpram o estabelecido no contrato.

## Trâmites

De acordo com a MP, cada licitação será composta pelas fases preparatória, de publicação do instrumento convocatório, apresentação de propostas ou lances, julgamento, habilitação, recursal e encerramento. A habilitação (exigência de documentos e outras obrigações) ocorrerá depois do julgamento e será cobrada somente do vencedor.

O processo deverá ser realizado preferencialmente sob a forma eletrônica. Será admitida uma única fase recursal, que se seguirá à habilitação do vencedor. Definido o resultado, a administração pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado. Caso esse desista, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação e desde que os valores não sejam superiores ao orçamento estimado para a contratação.

Agropecuária



Obra de pavimentação: preparativos à Copa terão regime diferenciado de contratação.

**DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ALTO TIETÊ:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidascruzes@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seespplins@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjhc@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seespptaubate@vivax.com.br.

## Novidades

### Gastro e medicina da família

A doutora Giovanna Pieruzi Pereira oferece seus serviços de gastroenterologia e cirurgia geral no consultório na Rua Tuiuti, 2.009, sala 52, Tatuapé, na Capital. No mesmo endereço, a especialista em medicina da família e comunidade, Fernanda Gaspar Antonini, realiza atendimento integral a pacientes em todos os ciclos da vida. Mais informações pelos telefones (11) 2091-1473/0495 e *e-mail* [metamedicall@hotmail.com](mailto:metamedicall@hotmail.com). Desconto de 50% nas consultas.

### Psicoterapia no Tatuapé

Daniel da Silva Taranta oferece seus serviços de psicoterapia a crianças, adolescentes e adultos. Atende na Rua Gonçalves Crespo, 264, Tatuapé, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 6949-1149 e *e-mail* [dstaranta@gmail.com](mailto:dstaranta@gmail.com). Desconto de 30%.

### Biocenter em São Bernardo

Os filiados e seus dependentes podem usar os serviços do Biocenter Laboratório Clínico, que dispõe de duas unidades em São Bernardo do Campo. Mais informações pelo telefone (11) 4337-8212 e no *site* [www.laboratoriobiocenter.com.br](http://www.laboratoriobiocenter.com.br). Desconto de 30% sobre a tabela da AMB 92.

### Zawicor Serviços Médicos

Cardiologia, eletrocardiograma, teste ergométrico, gastroenterologia, clínica médica e clínica geral, estão disponíveis no Zawicor Serviços Médicos e Medicina Ocupacional. Localiza-se na Alameda dos Guaramomis, 1.038, Moema, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 5055-7464, *e-mail* [zawicor@zawicor.com.br](mailto:zawicor@zawicor.com.br) e no *site* [www.zawicor.com.br](http://www.zawicor.com.br). Desconto de 20% sobre a tabela da AMB 92.

## Convênios

### Saúde

- Cardial Serviços Médicos Especializados – Dr. Heron Rhydan Saad Rached e Dra. Izabella C. F. Saad Rached. Rua Pedro de Toledo, 130, Vila Mariana, na Capital (SP). Informações pelo telefone (11) 5575-9378. Preço conforme tabela da AMB 90.
- Derma Line – Dermatologia e endocrinologia com Dra. Livia H. R. Forlani. Unidades na Capital: Rua Conde de Itu, 550, Alto da Boa Vista; Avenida do Rouxinol, 55, conjunto 601, Moema. Informações pelo telefone (11) 5523-9222,

### Orientação nutricional

Peso, altura, idade, necessidades nutricionais, presença ou não de doenças e atividade física são dados importantes para indicar os cuidados que as pessoas devem ter com a alimentação. Isso exige orientação de um nutricionista, como Ana Cristina Thomé Ambrósio, que atende na Rua Emboaçava, 66, Mooca, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 2028-275, *e-mail* [nutricionista@primordialnutri.com.br](mailto:nutricionista@primordialnutri.com.br) e no *site* [www.primordialnutri.com.br](http://www.primordialnutri.com.br). Desconto de 27%.

### Psicanálise na Vila Mariana

Atendimento psicanalítico, terapia e análise estão ao alcance dos associados com Marcos D'iorio de Paula. As sessões ocorrem na Rua Doutor Fabrício Vampré, 267, Vila Mariana, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 4051-2073 e *e-mail* [marcosdior@uol.com.br](mailto:marcosdior@uol.com.br). Desconto de 30%.

### Estude na Fatesf

Através de convênio firmado entre a Fatesf (Faculdade de Tecnologia São Francisco) e a Delegacia do SEESP em Jacaré, os filiados e seus dependentes poderão fazer cursos de Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação e Administração. Mais informações pelo telefone (12) 3955-3380 e no *site* [www.fatesf.edu.br](http://www.fatesf.edu.br). Desconto de 10% nas mensalidades.

*e-mail* [faturamento@dermaline.com.br](mailto:faturamento@dermaline.com.br) e no *site* [www.dermaline.com.br](http://www.dermaline.com.br). Desconto de 10%.

- Endocrinologia – Dr. Ronaldo Caetano Diaféria. Rua Cubatão, 929, conjunto 21, Vila Mariana, na Capital (SP). Informações pelo telefone (11) 5575-7544. Desconto de 33% na consulta.
- Espaço Qualivida – Fisioterapia, massagens, estúdio de pilates, *personal trainer*, medicina esportiva e outros. Rua Doutor Jesuíno Maciel, 221, Campo Belo, na Capital (SP). Informações pelo telefone (11) 5044-6172 e

# Previdência e Imposto de Renda

OS ENGENHEIROS contribuintes da Previdência Social interessados em ajuizar ação de desaposentação ou troca de benefício podem fazê-lo por meio do escritório de advocacia Noronha Gustavo Advogados.

A finalidade é permitir que o segurado venha a obter uma remuneração melhor nas situações em que tenha efetuado contribuições posteriores à aposentadoria ou pretenda a mudança de regime. Com a desaposentação, mantém-se o pagamento do benefício atual mensal até a decisão judicial. Se o julgamento for favorável, o valor será majorado e haverá quitação da diferença acumulada desde a data de propositura da ação.

Outra possibilidade de reaver prejuízos é buscar na Justiça restituição dos valores pagos indevidamente a título de IR (Imposto de Renda) sobre os benefícios da previdência complementar no período de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995, direito já reconhecido pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). Assim, engenheiros aposentados que estavam vinculados a uma entidade de previdência privada nesse período poderão propor uma ação de repetição de indébito, buscando a devolução do imposto com juros e correção monetária nos últimos cinco anos.

Contatos e informações pelo *e-mail* [advogados@noronhagustavo.adv.br](mailto:advogados@noronhagustavo.adv.br) e pelos telefones (11) 3101-2887, em São Paulo, e (19) 3295-3573, em Campinas.



Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado.

Consulte relação completa no *site*

[www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br)

*e-mail* [www.espacoqualivida.com.br](http://www.espacoqualivida.com.br). Descontos de 5% a 10%.

- Ginecologia – Dra. Mirian Ben Lulu. Rua Itapeva 518, 13º andar, conjunto 1.303, Bela Vista, na Capital (SP). Informações pelo telefone (11) 3287-5878. Preço conforme tabela da AMB 92.
- Gênese Centro Médico – Rua Loefgreen, 211, Vila Mariana, na Capital (SP). Informações pelos telefones (11) 5084-5368 e 5573-7775 e *e-mail* [genesis.centro@terra.com.br](mailto:genesis.centro@terra.com.br). Desconto de 20%.



## Lei de assistência técnica em pauta

No dia 30 de junho último, os diretores do SEESP, Carlos Augusto Ramos Kirchner e Laerte Conceição Mathias de Oliveira participaram de uma audiência com o secretário estadual da Habitação, Silvio Torres. O objetivo foi retomar a discussão sobre a implementação da Lei Federal nº 11.888/08 – que institui a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social à população de baixa renda.

De acordo com Oliveira, o Secretário demonstrou interesse em implantar a legislação em São Paulo e ponderou que as cidades de



Penido, Kirchner, Torres e Oliveira durante a audiência na Secretaria da Habitação.

menor porte terão prioridade. A reunião contou também com a participação de Marcos Rodrigues Penido, secretário-adjunto de Estado da

Habitação e diretor técnico da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo).

## Direito ambiental em debate

Acontece nos dias 18 e 19 de agosto, em Presidente Prudente, o IV Fórum de Direito Ambiental. Promovido pela Associação Paulista do Ministério Público e pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ambas situadas

no município do Interior paulista, o evento discutirá as perspectivas do direito ambiental no século XXI.

Entre os temas, sustentabilidade, mudanças climáticas, instrumentos para assegurar a reparação do dano ambien-

tal, análise crítica do novo código florestal, expansão da silvicultura e os novos paradigmas da relação entre o homem e o meio ambiente. Mais informações sobre a programação e o preço das inscrições pelo telefone (18) 3916-1456.

**Oportunidades** – Segundo levantamento feito até o dia 8 de julho, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de 206 vagas, sendo 178 para engenheiros das diversas modalidades e 28 para estudantes. Para se candidatar, acesse [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br) no link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

## Acordos aprovados

**AES Tietê** – Nos dias 6, 7 e 8 de julho, os engenheiros que atuam na companhia aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho 2011. Destacam-se reajuste salarial escalonado de 5% em junho e de 3% em dezembro deste ano, extensível ao vale-refeição. Além disso, adicional de R\$ 600 à PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e antecipação no valor de R\$ 3.200,00, a serem pagos em setembro próximo.

**Cteep** – A categoria, reunida em assembleia entre os dias 27 de junho e 1º de julho, aprovou a última contraproposta da empresa. Essa inclui

reajuste de 7,5% sobre os salários, de 19% sobre o vale-refeição e de 10% sobre os valores da cesta básica e do auxílio-creche e destinação de R\$ 570 mil ao auxílio-bolsa de estudos.

**Duke Energy** – Nos dias 29 de junho e 1º de julho, os engenheiros aprovaram a proposta final da empresa. Essa prevê reajuste salarial de 7,21% extensível aos demais benefícios.

**Elektro** – O acordo coletivo de trabalho foi assinado em 11 de julho, estabelecendo 8% de reajuste salarial, extensível aos benefícios, e manutenção das demais cláusulas da norma anterior.

## Dia da Engenharia Alemã

Em sua terceira edição, o evento será realizado no dia 20 de outubro próximo, em São Paulo, e abordará os setores automobilístico e de infraestrutura, em homenagem aos 125 anos do automóvel.

Realizado pela VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha), com o apoio do SEESP, o Dia da Engenharia Alemã será sediado no Club Transatlântico, na Rua José Guerra, 130, Chácara



Santo Antônio, na Capital. Mais informações sobre a programação e o custo das inscrições no [site www.vdibrasil.com.br/eventos](http://site.ww.vdibrasil.com.br/eventos), pelo telefone (11) 5180-2316 ou pelo e-mail [eventos@vdibrasil.com.br](mailto:eventos@vdibrasil.com.br).

